

**Antonio Hohlfeldt**  
É doutor em Linguística  
e Letras e professor do  
Programa de Pós-  
Graduação em  
Comunicação da  
Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande  
do Sul (PUCRS).

**Imprensa das colônias de  
expressão portuguesa:  
primeira aproximação**

**The Portuguese speaking  
colonies' press:  
a first approach**

**Prensa de las colonias de  
expresión portuguesa: primera  
aproximación**

**RESUMO**

Este trabalho é a primeira redação de um estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa. Considera-se para isso, dentre outros autores, o entendimento expresso por Maria Cecília Guirado (2001, p.22), que identifica “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto àqueles reunidos sob a denominação genérica de “histórias trágico-marítimas” que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas (BRITO, 1962).

**Palavras-chave**

História da imprensa; jornalismo; imprensa luso-brasileira.

**ABSTRACT**

This paper is the first text of broader study, which is part of a large project on the history of the Luso-Brazilian journalism – which is previous to press itself. It is based on the understandings of Maria Cecília Guirado (2001, p. 22), among other authors, who considers “the first accounts of the discovery of Brazil as being the first journalistic report written in the Brazilian land”<sup>1</sup>. Such concept can be extended to other journeys and discovery accounts, but also to those under the generic denomination of “tragic-sea stories” about shipwrecks and flees from pirate battles (BRITO, 1962).

**Keywords**

Press history; Journalism; Luso-Brazilian press.

**RESUMEN**

Este trabajo es la primera redacción de un estudio que tiene mayores proporciones que se insiere en un gran proyecto sobre una historia del periodismo luso-brasileño, periodismo que anticipa, incluso, la prensa. Se lleva en consideración, entre otros autores, la comprensión expresada por Maria Cecília Guirado (2001, p. 22), que identifica “los primeros relatos del Descubrimiento de Brasil como siendo los primeros reportajes escritos en tierra brasileña”. Se puede extender ese concepto a los demás relatos de viajes y de descubiertas, tanto como aquellos reunidos sobre la denominación genérica de “historias trágico-marítimas” que enfocan naufragios y fuga de batalla delante de piratas (BRITO, 1962).

**Palabras clave**

Historia de la prensa; Periodismo; Prensa luso-brasileña.

---

Data de submissão: 5/2009

Data de publicação: 8/2009

**N**ão conheço obra que, no âmbito da história do jornalismo português ou do jornalismo brasileiro, tenha dado especial atenção às terras que, em África ou Ásia, também receberam a presença de Portugal e que, por decorrência, em algum momento, igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo, ainda nos tempos de colonização. Este estudo está, de certo modo, por ser feito, e a ele passei a me dedicar, recentemente, instigado e orientado por Salvato Trigo<sup>1</sup>. De modo geral, os estudos sobre imprensa colonial portuguesa dão destaque apenas ao Brasil (TENGARRINHA, 1989). Quanto às histórias da imprensa brasileira, não fazem nenhuma menção à existência de uma imprensa que, contemporânea a ela, desenvolveu-se nas demais colônias de Portugal. E se se encontram histórias individualizadas do jornalismo e da imprensa, tais como praticados em Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, ou em quaisquer outras colônias portuguesas, não se tem, contudo, uma visão de conjunto.

---

<sup>1</sup> Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar todos jornais de colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Atualmente, o projeto é desenvolvido com patrocínio do CNPq, de que o autor é pesquisador.

Este trabalho é a primeira redação de um estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa. Valho-me, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado (2001, p. 22), que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pero Vaz de Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o “Diário da navegação” de Pero Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto àqueles reunidos sob a denominação genérica de “histórias trágico-marítimas” que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas (BRITO, 1962). Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as “Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina”, de 1558. É evidente, contudo, que a introdução da imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Corte Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos.

Seja como for, com a chegada da imprensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. “As primeiras notícias foram impressas em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta e

com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redactor assinou com o pseudónimo de Francisco de Abreu, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que em 1628 faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627* - a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora (1989, p.23).

### Movimento colonial

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase a partir do reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415), a que se segue a conquista da Grã Canária, a partir de 1424 (BRANDÃO, 1995). Em 6 de novembro de 1461, Diogo Afonso descobre a ilha de São Nicolau, do arquipélago de Cabo Verde; o mesmo Diogo Afonso chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola). A 4 de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil.

As regras básicas estabelecidas para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um

ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que ao longo dos séculos vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes ou junto à Câmara dos Deputados: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos.

Seja como for, o Brasil só conhece a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e logo depois nosso primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quanto às demais colônias, foi Bernardo Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, determina que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias (LOURENÇO, 2003).

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho do país, em 1842. Enviada para Luanda, através de navio, curiosamente o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole. Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do *Boletim Oficial*. Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um *Boletim Oficial*, que se publica a partir de 13 de

maio daquele ano. Da mesma maneira, em Cabo Verde, o *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde* começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes que em Angola. Mas será Goa, na Índia, que antecederá a todos, pois sua imprensa se iniciara ainda em 1556 (NEVES, 1989, p.69). Goa constituía, com Damão e Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas” (NEVES, 1989, p.103).

A esta primeira imprensa, *oficiosa*<sup>2</sup>, seguir-se-á uma imprensa não-oficial, que pode ser assim referenciada: no Brasil, encontraremos o *Correio Brasileiro*, editado por Hipólito José da Costa, a partir de junho de 1808, desde Londres. Em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo (1964), o semanário *A civilização da África portuguesa*, de 6 de dezembro de 1866, em Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa” (EVERDOSA, 2001, p. 25).

---

<sup>2</sup> Interessante observar-se que tal imprensa oficiosa, tal como ocorreu com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas terminava por divulgar informações variadas, inclusive bailes e outros acontecimentos, podendo, por isso mesmo, ser considerada como jornais, em sentido mais estrito.

O *progresso*, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição e assim se extinguiu<sup>3</sup>. No Cabo Verde, o primeiro jornal oficial é de 1º. de outubro de 1877 e se chamava *Independente*, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político”.

E em Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal *A imprensa de Goa*, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria estreado tal processo.

### Periodização e pesquisa

Pesquisadores costumam dividir a história da imprensa portuguesa em três períodos, como quis José Tengarrinha; também a imprensa colonial pode ser dividida em três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, pode-se adotar a seguinte periodização:

- a) desde a *Gazeta* de 1641 até a revolução liberal de 1820;
- b) desde 1820 ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;
- c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

---

<sup>3</sup> Da introdução da tipografia à passagem de Lourenço Marques à Cidade – Contexto histórico (1854-1887).



Imagino que se deveria acrescentar um novo período posterior ao 25 de abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero (1994).

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo, a propósito do jornalismo angolano, o que pode, porém, ser estendido ao jornalismo das demais colônias:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Entendo que, da mesma forma que em Portugal, mas com conseqüências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974,

porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com conseqüências mais do que evidentes.

O que se conhece da história desse jornalismo? Quem foram seus nomes referenciais? Que características tinha essa imprensa que dependia, simultaneamente, de leis emanadas desde a metrópole, sofria o controle religioso (ainda que menos presente do que aquele que ocorria no próprio Portugal), enfrentava as autoridades locais e, mesmo assim, persistia em buscar a informação e veicular a opinião?

A bibliografia é relativamente escassa, inclusive em Portugal, e sobretudo dispersa. Por isso, foi essa a etapa de pesquisa a que me dediquei. Durante pouco mais de três meses, trabalhei diariamente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> O projeto, como se disse, foi proposto pelo Dr. Salvato Trigo, autor de diferentes obras sobre a literatura angolana e que, em anos pretéritos, estudou detidamente esta imprensa, sem chegar a publicar uma obra mais profunda sobre ela. O acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto é bastante rico nestes jornais, embora bem menos do que se gostaria. O acervo disponível resulta do fato de a Biblioteca do Porto constituir-se em local de depósito legal das publicações portuguesas, ao longo dos séculos XIX e XX, ainda incluídos os jornais. Assim, os periódicos ali reunidos vinham por correios, endereçados à Biblioteca, segundo se vê no endereçamento da última página de cada um deles, em manuscrito. Foram sendo conservados na medida do possível. São apenas três os títulos disponíveis quanto ao século XIX: mas são exuberantes as coleções do século XX, embora de alguns se tenha apenas um ou pouquíssimos exemplares, e de outros se encontrem coleções quase completas, anos a fio. Alguns apresentam-se com uma periodicidade mínima, obrigados a suspender *provisoriamente*, o que em geral significou definitivamente, sua circulação, por força da censura, da pressão política ou das dificuldades financeiras (a mais comum das quais o não-pagamento das assinaturas

levantando esses jornais, alguns dos quais em péssimas condições de conservação. Graças a uma cooperação muito decidida da direção da instituição<sup>5</sup>, busquei cópias digitalizadas de pelo menos cada uma das primeiras edições dessas publicações (ou a primeira das disponíveis, porque muitas coleções existem com jornais já em avançado período de publicação e circulação, como ocorre, por exemplo, com *O futuro*, de Lourenço Marques, que se encontra apenas a partir de seu quinto ano de existência, ou dos artigos que entendi serem interessantes para um estudo mais aprofundado, especialmente aqueles que discutiam os conceitos sobre a função da imprensa e do jornalismo, a perversão da censura e os desafios que a função jornalística provocava para os seus praticantes.

O trabalho buscou registrar:

---

ou da própria publicidade). Centrei minha atenção naqueles periódicos do século XIX disponíveis, ao que acrescentei as observações disponíveis graças aos historiadores da imprensa dessas nacionalidades, e aos jornais editados nas quatro primeiras décadas do século XX, sobretudo até 1935, sobretudo devido à intervenção que o Estado Novo, de Antonio de Oliveira Salazar, e sua censura, terminou por exercer sobre tais publicações.

<sup>5</sup> Cabem agradecimentos muito especiais à Dra. Carla Sousa, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, do Porto; a Rosa Maria Teixeira, funcionária da Biblioteca Pública Municipal do Porto e à Dra. Marta Rua, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, responsável pela área técnica de reproduções de exemplares. Algum acervo foi mandado buscar à Biblioteca Pública Almeida Garrett, da cidade do Porto, à biblioteca da Universidade do Minho, a Universidade Católica Portuguesa de Lisboa e à própria Biblioteca Nacional de Lisboa, a cujas direções devo, igualmente, agradecimentos, inclusive quanto à consulta e reprodução de livros especializados sobre o tema.

1. título
2. características genéticas (MOUILLAUD, 1997) e suas modificações através do tempo
3. linha editorial
4. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção
5. temas abordados
6. publicidade divulgada
7. debate sobre o conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
8. as principais polêmicas promovidas;
9. a presença do Brasil em suas páginas;
10. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

## Bibliografia

Como se disse, a bibliografia é escassa e dispersa. No caso de Angola, os textos específicos se devem a Júlio de Castro Lopo, já mencionado. Mas Salvato Trigo tem contribuição significativa, quando estuda a literatura angolana (1977 e 1981), do mesmo modo que Carlos Ervedosa (2001), também já referido, e Francisco Soares (2001). Devem-se referir, ainda, A. Borges de Mello (1985) e de maneira mais abrangente, Pires Laranjeira (1995), José Júlio Gonçalves (1964) e Mário António de Oliveira (1961).

No caso de Moçambique, destacam-se menos autores, como é o caso do volume coletivo *1º. Centenário da Imprensa em Moçambique* (1954), ainda Júlio Gonçalves (1965) e Raul Neves Dias (sem data).

O jornalismo de Goa tem recebido bons estudos, como os de Jaime Rangel (1957), António dos Mártires Lopes (1971), Sebastião Correia da Silva Leal (1898), José Antonio Ismael Gracias (1880),

Antonio Maria da Cunha (1923) ou Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971).

Sobre o jornalismo de Cabo Verde, os raríssimos textos são os de Bento Levy (1974) e José Júlio Gonçalves (1966).

Há ainda uma bibliografia abrangente, como a obra de Fernanda Reis (1943) ou de Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1885).

Como o título desse estudo indica, optou-se pela referência a uma *imprensa colonial de expressão portuguesa*, na linha seguida por Salvato Trigo, a propósito das literaturas africanas, exposta em *Luandino Vieira, o logoteta*.

A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colônias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados nas colônias. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo e a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial e sócio-cultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colônias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colônias.

Quanto ao uso da *expressão portuguesa*, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas de Angola, Moçambique ou de Goa.

Define-se, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colônias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa, exclusivamente.

Um segundo recorte dirigiu-se àquela imprensa que apresentou maior importância em seu desenvolvimento, qual seja, a de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa<sup>6</sup>. O fato de excluirmos os Açores (que possuem o jornal mais antigo da expressão portuguesa ainda em circulação), a Madeira ou São Tomé e Guiné Bissau, além de Macau, deve-se ao fato de praticamente inexistir material a respeito dessas colônias ou, se existe, à exceção dos Açores, que já está bastante bem estudado, não tem maior continuidade.

### Algumas características

As características que, a seguir, pretendemos identificar como *comuns* aos jornais estudados, por extensão, provavelmente também poderão ser aplicadas aos demais jornais da imprensa colonial ou do jornalismo da época, em geral, hipótese a ser ainda confirmada:

1. envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança, *aposteriori*.
2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias

ou metrópole. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições;

3. intenso e contínuo trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais, referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;
4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para alguém do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;
5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;
6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título

- assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;
7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Lembro que, apesar dos nomes, elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações;
  8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete de imediato na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Mas curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;
  9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com



infinitas variações nas dimensões exatas; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é sempre de publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e em geral são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida;

10. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Essas primeiras observações, como se disse, buscam tão somente levantar alguns pontos em comum às publicações. Evidentemente que o levantamento realizado, e que se encontra ainda em condições intermediárias, de elaboração, abre caminho para um sem-número de estudos, quer no âmbito daquele trabalho maior de uma história comparada entre o jornalismo lusitano e o brasileiro, incluindo-se aí as colônias portuguesas, quer um estudo específico que reúna todas essas colônias, e que é incompleto, quando existe. Ou, enfim, estudos específicos sobre o jornalismo de cada colônia, hoje nação, com suas características e o detalhamento de cada um de seus jornais, já que o material disponível é, em geral, de caráter histórico, e não analítico. Enfim, abre-se caminho, ainda, para estudos temáticos,

sobretudo aqueles que interessam diretamente à teoria e à história do jornalismo, como, por exemplo, a respeito das concepções sobre jornalismo, a função social da imprensa, a resistência à censura, etc., que tais impressos e seus editores apresentavam à sociedade de então.

## Referências

- ARANHA, P. W. de B. **Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas portuguesas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BRANDÃO, F.C. **História da expansão portuguesa (1367 – 1580) – uma cronologia**. Odivelas: Europress, 1995.
- BRITO, B. G. **Historia trágico-marítima – Quatro naufrágios**. Lisboa: Verbo, 1972.
- CUNHA, A. M. da (1923) **A índia portuguesa**. Vol. II. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1923.
- DA INTRODUÇÃO da tipografia à passagem de Lourenço Marques a cidade – Contexto histórico 1854-1997. [SI]: [Sn], 1954.
- DEVI, V.; SEABRA, M. **A literatura indo-portuguesa**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.
- DIAS, R. N. A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954. [SI]: [Sn], 1954.
- ERVEDOSA, C. **Roteiro da literatura angolana**. Lisboa, Edições 70, 2001.
- GONÇALVES, J. J. **A informação em Angola**. Eelementos para o seu estudo. Lisboa: ISCSPU , 1964.
- \_\_\_\_\_. **A informação em Moçambique**. Contribuição para o seu estudo. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- \_\_\_\_\_. **A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1966.
- GRACIAS, J. A. I. **A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII**. Apontamentos histórico-bibliográficos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1980.

GUIRADO, M.C. **Relatos do descobrimento do Brasil** – As primeiras reportagens. Lisboa: Piaget, 2001.

LARANJEIRA, P. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995

LEAL, S. C. da S. **Jornais indo-portugueses**. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898. Lisboa, Imprensa de Libânio de Silva, 1898.

LEVY, B. **Em defesa própria**. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde. [SI]: [Sn], 1974.

LOPES, A. M. *Imprensa de Goa – Monografia pelo 150º aniversário* do primeiro jornal de Goa. [SI]: [Sn], 1971.

LOPO, J. C. **Jornalismo de Angola** – Subsídios para a sua história. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

LOURENÇO, J. P. C. **A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923**. 2003. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2003.

MELO, A. B. **A influência do Brasil no jornalismo de Angola**. Nova Iguaçu: Semana Ilustrada Editorial Ltda, 1985.

MOUILLAUD, M. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NEVES, J.A. **História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo**. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social, 1989.

NOVAS da felicidade da armada de sua majestade que escreveu o mestre da sota capitaina. Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.

OLIVEIRA, M.A. **A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor**. Luanda: Editorial NOS, 1961.

1º. CENTENÁRIO da imprensa de Moçambique. Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos. [SI]: [Sn], 1954.

QUINTERO, A. P. História da imprensa. Lisboa: Planeta, 1994.

RANGEL, J. **A imprensa em Goa**. Goa, 1957 Mimeo.

REIS, F. **O jornalismo colonial na metrópole**. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1943.

SOARES, F. **Notícia da literatura angolana**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SOUSA, J. P et al. **A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2007.

TENGARRINHA, J. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

TRIGO, S. **Introdução à literature angolana de expressão portuguesa**. Porto: Brasília, 1977.

\_\_\_\_\_. **Luandino V ieira, o logoteta**. Porto: Brasília, 1981.

Trabalho apresentado originalmente no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, da INTERCOM, em setembro de 2008, no NP de Jornalismo, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal. Revisto, foi também apresentado ao VIII LUSOCOM, na Universidade Lusófona, de Lisboa, dia 13 de abril de 2009, no GT de Jornalismo.